



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B4

Data: 09/10/2012

PRÁTICA ILEGAL

MPE critica venda casada em óticas

Ministério Público Estadual, Vigilância Sanitária e profissionais do ramo de saúde querem coibir vendas casadas de óculos e exames. Após audiência realizada na manhã de ontem, o Ministério Público Estadual concedeu 30 dias para que a Sociedade de Oftalmologia e Optometria encaminhem uma lista indicando locais onde há sinais de prática irregular.

De acordo com informações prestadas em audiência, existem óticas que oferecem consultas em optometria ou oftalmologia no interior das lojas ou em clínicas anexas, em alguns casos de forma gratuita. A alegação é de que a prática está estabelecendo um ambiente de concorrência desleal entre os estabelecimentos e colocando em risco a saúde dos consumidores.

A Sociedade Sergipana alega que a profissão de optometrista é ilegal no Brasil, embora seja aceita em outros países do mundo. Por isso, os atos de medida de grau e exame de fundo de olho estão inclusos em consulta médica e são reservados ao oftalmologista, que também é responsável por verificar a existência de eventuais doenças que atingem os olhos dos pacientes.

Representantes de óticas presentes na reunião disseram que a Vigilância Sanitária deu início a ações de fiscalização das óticas, mas que essas ações não tiveram continuidade e, por isso, muitos estabelecimentos voltaram a agir de forma irregular. Todos os presentes negaram realizar consultas no interior das lojas.

Os optometristas, por sua vez, informaram que não realizam exames gratuitos. Esses profissionais disseram também que, mesmo quando têm pacientes encaminhados por óticas, orientam às pessoas sobre a possibilidade de comprar óculos em qualquer loja, e não somente naquela que indicou o profissional.

▼ **SOCIEDADE DE
OFTALMOLOGIA E
OPTOMETRIA É ALERTADA
PARA A VENDA CASADA
DE ÓCULOS E EXAMES**



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS